



SINDICATO NACIONAL
DOS TRABALHADORES
DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E REGIONAL
EMPRESAS PÚBLICAS, CONCESSIONÁRIAS E AFINS

Rua D. Luís I, 20 F 1249-126 Lisboa
Tel: 210 958 400 — Fax: 210 958 469
stal.nacional@stal.pt — www.stal.pt

FEDERAÇÃO INTERSINDICAL DAS INDÚSTRIAS
METALÚRGICAS, QUÍMICAS, ELÉCTRICAS,
FARMACÉUTICA, CELULOSE, PAPEL,
GRÁFICA, IMPRENSA, ENERGIA E MINAS



Rua Cidade de Liverpool, 16-1.º - 1170-097 Lisboa
Tel: 21 881 85 00 — Fax: 21 881 85 55
geral@fiequimetal.pt

RESOLUÇÃO

BASTA DE EMPOBRECER! PELO AUMENTO REAL DOS SALÁRIOS, REVISÃO DO ACT E DESBLOQUEIO DA NEGOCIAÇÃO!

Os trabalhadores do Grupo Águas de Portugal (AdP) ainda se vêem confrontados com a não aplicação na íntegra do Acordo Colectivo de Trabalho publicado em Novembro de 2018, levando a que a maioria dos trabalhadores esteja ainda por enquadrar profissionalmente face ao acordado, enquanto se gastam milhões de euros na contratação de gabinetes de advogados e de assessorias.

E chega-se ao cúmulo de as administrações das empresas do grupo “interpretarem” de forma diferente (consoante lhes dá mais jeito...) o teor do acordado, designadamente em matérias pecuniárias, quando, efectivamente, o texto é igual para todas!

Os constantes incumprimentos do ACT têm conduzido ao empobrecimento dos trabalhadores do Grupo AdP, principais responsáveis pela riqueza produzida, o que é inaceitável!

Tal como também é inaceitável o não cumprimento do compromisso assumido com as estruturas sindicais, conforme acta de entendimento assinada em Março deste ano, e que previa a realização de cinco reuniões até ao final de Julho.

Finalmente, em 13 de Agosto realizou-se a dita reunião, da qual apenas registamos o compromisso da administração de, em muito curto prazo, indicar os elementos que irão compor a nova Comissão Negociadora, para que esta retome, o mais breve possível, o processo de revisão do ACT. Mas, e mais uma vez, o assunto continua por resolver, tardando a nomeação dos elementos da Comissão Negociadora, adiando-se assim, indefinidamente, a resolução dos principais problemas e os justos anseios dos trabalhadores do Grupo AdP.

Os trabalhadores continuam a aguardar a continuidade do processo de revisão do ACT, nomeadamente para a definição de uma tabela salarial digna, que garanta, entre outras

matérias, a valorização das carreiras e profissões, e conteúdos funcionais claros e objectivos.

Os trabalhadores, o STAL e a Fiequimetal exigem que a administração dê resposta positiva às justas reivindicações dos trabalhadores, reafirmando a sua luta e a sua unidade como caminho para a implementação, na íntegra, do ACT.

É inaceitável que trabalhadores com as mesmas funções tenham salários diferenciados, com enormes discrepâncias – técnicos operativos com salários distintos consoante a empresa em que trabalham, e o mesmo acontece com outras categorias –, mesmo que as funções sejam as mesmas, ou que os anos de experiência não sejam tidos em conta, com um trabalhador com dois meses de experiência a auferir um salário maior do que outro com 18 anos de serviço.

Ainda recentemente avançaram com um processo de reclassificações, mas que não passou de mais uma tentativa de “abafar” os verdadeiros enquadramentos, que se encontram por fazer.

Basta notar que, em 1 de Janeiro de 2019, os trabalhadores (ou a sua grande maioria) deveria ter sido enquadrada na carreira e conteúdo funcional correspondente, uma medida que – no caso de centenas deles – se traduziria em aumentos salariais consideráveis. Mas, o que a AdP fez foi manter tudo igual!

Recorde-se que, no início deste ano, a AdP transferiu 100 milhões de euros para o Orçamento do Estado, a título de dividendo extraordinário e por indicação do então ministro das Finanças do PS (Fernando Medina), verba que os trabalhadores esperam que o actual governo PSD/CDS reponha nos “cofres” da empresa, já que daria para resolver as situações de incumprimento do ACT e a valorização profissional dos trabalhadores... E ainda sobrava para o “excedente”.

Passados seis anos de permanente insistência por parte dos sindicatos, continua por cumprir o acordado, o que é inaceitável num grupo empresarial com lucros de 102 milhões de euros em 2023, e muitos mais na última década!

Como o tão badalado “reconhecimento” pela dedicação e esforço dos trabalhadores não pode ser a estagnação salarial, os trabalhadores aqui reunidos exigem:

- Aumento do salário de 150€ para todos os trabalhadores; e salário mínimo de entrada de 1100€;
- Subsídio de prevenção de 2,30€; e subsídio de alimentação de 12€;

- Regime de carreiras, categorias profissionais e funções que valorize e reconheça a experiência profissional e o empenho dos trabalhadores;
- Nova tabela salarial;
- Acesso a seguro de saúde após reforma;
- Urgente regulamentação e atribuição de subsídio de pensidade, insalubridade e risco:
- Nível I: 5€; nível II: 7,50€; nível III: 10€;
- Jornada de trabalho 7 horas diárias/35 horas semanais;
- 25 dias de férias;
- Estabilidade do emprego e fim da precariedade e do outsourcing;
- Defesa da gestão pública e a contratação de mais trabalhadores, para assegurar um Serviço Público de qualidade;
- Respeito pelas normas de Segurança e Saúde no Trabalho e melhoria das condições laborais;
- Aplicação do Acordo de Empresa da EPAL a todos os trabalhadores do grupo AdP;
- Direito a uma verdadeira Contratação Colectiva.

Lisboa, 21 de Novembro de 2024

As Direcções do STAL e da FIEQUIMETAL